

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Maior em 7 anos	2
Título: Após polêmica, estatal terá de informar parada de plataforma	4
Título: A Petrobras se recupera.....	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Sem alarmismo	6
Título: Produção de energia solar em casa traz polêmica para o país.....	8
Título: Petrobras lucra R\$ 10 bi no segundo trimestre	11
Título: Justiça de PE derruba liminar que permitia venda direta de etanol	14
Título: Setores de transporte e energia disputam Tietê	16
Título: Justiça solta executivos acusados de manipulação de preços.....	18
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 10 bilhões e mantém ajuste para reduzir dívida	18
Título: Petrobrás ganha espaço no mercado com subsídio	20
Título: 'A Petrobrás usufruiu das condições do mercado'	21
Título: Jirau pede que Aneel suspenda cobrança de R\$ 94 milhões.....	23
Título: Nissan quer usar bateria descartada de carro elétrico para levar energia a casas	24
Título: Chavismo registra donos de veículos para racionar venda de gasolina	26
VEÍCULO: Correio Braziliense	27
Título: Petrobras tem o maior lucro desde 2011	27
Título: Mercado reage aos bons números	30

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez E Bruno Rosa****Título: Maior em 7 anos**

Petrobras lucra R\$ 10 bi com alta do petróleo

No trimestre em que a Petrobras enfrentou a greve dos caminhoneiros, mudou de presidente, com a saída de Pedro Parente, e sofreu com pressões do governo para alterar sua política de preços, a estatal registrou o maior lucro líquido em sete anos, de R\$ 10,1 bilhões entre abril e junho. O bom resultado foi puxado pelo aumento no preço do petróleo no mercado internacional e pela redução do endividamento da companhia.

No semestre, o lucro acumulado foi de R\$ 17 bilhões, alta de 257% ante janeiro a junho de 2017, que também representa o melhor desempenho desde 2011.

Além da alta do petróleo — o Brent passou de US\$ 50 no fim do primeiro semestre do ano passado para US\$ 74 —, a companhia reduziu despesas e viu seu endividamento líquido recuar 13% em relação ao patamar do fim do ano passado, para US\$ 73,66 bilhões. Também ajudou a renegociação de dívidas da Eletrobras com a companhia.

O presidente da estatal, Ivan Monteiro, atribuiu o resultado à disciplina financeira: — O resultado em si mostra uma trajetória consistente de recuperação. Podem esperar uma gestão com muita disciplina em relação a custos. Tem sido explorada a melhoria de produtividade da companhia, de modo a se tornar mais eficiente. De modo geral, a companhia se beneficia do aumento do preço do petróleo por ser uma grande produtora, mas isso não adianta se não estiver preparada para se beneficiar. E a forma para isso é reduzir custos.

MAIOR PROVISÃO

Com os resultados, a Petrobras decidiu pagar R\$ 652 milhões aos acionistas em juros sobre capital próprio, o equivalente a R\$ 0,05 por ação, no próximo dia 23.

Apesar da recuperação, os desafios ainda são grandes para a empresa. A expectativa é que ela consiga receber mais US\$ 2 bilhões este ano com a venda de ativos. Segundo Monteiro, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha impedido a busca de parceiros na área de refino, a companhia vai manter a meta de levantar este ano US\$ 21 bilhões com venda de ativos.

A empresa ainda aumentou em 7% o volume de provisões relativas a processos judiciais, para R\$ 206,548 bilhões. No caso das ações movidas pelo Sindipetro em alguns estados, como Rio, Espírito Santo e São Paulo, as provisões passaram de R\$ 14,9 bilhões no fim do ano passado, para R\$ 21,6 bilhões em junho.

Na última quinta, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, negou o pedido de um funcionário da Petrobras para rever a decisão que liberou a empresa de pagar R\$ 17 bilhões num processo que reivindica mudança no cálculo da base salarial.

A receita de vendas somou R\$ 158,8 bilhões no primeiro semestre deste ano, 17% maior que os R\$ 135,3 bilhões no primeiro semestre do ano passado. Já os investimentos caíram 8% no semestre, para R\$ 21,2 bilhões. Para este ano, a meta é que os investimentos somem US\$ 15 bilhões, patamar menor que os US\$ 17 bilhões anunciados pela estatal no início de 2018.

As vendas gerais da Petrobras caíram 7% no semestre, para 3,1 milhões de barris por dia, em relação ao mesmo período do ano passado. A produção total da companhia caiu 4% no semestre, para 2.6 milhões de barris por dia.

Solange Guedes, diretora de Exploração, destacou os resultados operacionais da companhia. Ela informou que a produção vai chegar a 2.7 milhões de barris de óleo equivalente no quarto trimestre deste ano.

Fatura de meio bilhão a receber

> A Petrobras tem uma fatura a receber da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de R\$ 590 milhões referente ao subsídio ao diesel. A medida foi a solução do governo para pôr fim à greve dos caminhoneiros, em maio. Nos resultados da companhia, o montante consta como "contas a receber".

— Entendemos a demora para receber os recursos. É um volume muito grande de documentos. Só da Petrobras são 20 mil notas fiscais — disse Rafael Grisolia, diretor financeiro da estatal.

A paralisação afetou o lucro bruto de distribuição, que recuou 13%, para R\$ 1,373 bilhão, em relação ao primeiro trimestre. Segundo a empresa, foi resultado "da redução das margens de comercialização em função, principalmente, das perdas de estoques apuradas pelo decréscimo no preço do

diesel, decorrente da greve dos caminhoneiros". Amentou o aproveitamento das refinarias, chamado fator de uso, passando de 71% em janeiro a 81% em junho.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck E Manoel Ventura

Título: Após polêmica, estatal terá de informar parada de plataforma

Moreira pediu que manutenção fosse suspensa, mas não foi atendido

Brasília- A paralisação programada numa plataforma da Petrobras expôs uma queda de braço no governo. De um lado, o Ministério de Minas e Energia, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) se uniram durante reunião do Conselho de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para criticar a Petrobras, alegando que não foram diretamente informados sobre a paralisação da plataforma de Mexilhão, na Bacia de Santos.

A parada gera custo estimado em R\$ 300 milhões, pois obriga o país a importar gás. Do outro lado, ficaram a estatal e o Operador Nacional do Sistema (ONS), que justificaram a estratégia da empresa. O pagamento da fatura ainda é discutido no governo. Uma possibilidade é que a despesa com importação seja repassada às contas de luz.

Segundo a área econômica, durante a reunião, os representantes da EPE e da Aneel afirmaram que ficaram sabendo da paralisação da plataforma de Mexilhão por meio da imprensa. Já a Petrobras e o ONS argumentaram que a empresa faz paralisações programadas com antecedência. Após o encontro do CMSE, ficou acertado que a Petrobras passará a informar formalmente qualquer paralisação de plataformas ou gasodutos.

Integrantes da área econômica afirmam que, por trás da briga em torno da paralisação, estaria um movimento do **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, para enfraquecer o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, que só assumiu a empresa graças a um esforço direto do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Moreira pediu publicamente — sem sucesso — que a Petrobras adiasse a parada.

Procurado, o Ministério de Minas e Energia informou que, na reunião, o CMSE "reiterou a importância do aviso com antecedência de eventuais paradas semelhantes à de Mexilhão para evitar impactos no setor elétrico". ONS e EPE

disseram que a resposta caberia ao ministério. A Aneel não comentou. A Petrobras informou que as ações tomadas estão dentro das regras contratuais e garantem o abastecimento de gás natural no Brasil e disse que o cronograma de paradas foi discutido junto ao ONS, de forma antecipada, buscando o mínimo impacto possível ao setor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: A Petrobras se recupera

A Petrobras teve o seu maior lucro trimestral desde 2011, justamente no período em que o país viveu a crise provocada pela greve decretada contra a política de preços da estatal. Vale a pergunta: foram as vendas do diesel e da gasolina que turbinaram o resultado da empresa? O balanço no trimestre revela que os derivados de fato ajudaram, mas não foram o único fator. Os ganhos da área de exploração e produção foram o dobro da área de abastecimento. A companhia pagou R\$ 75 bilhões ao governo no primeiro semestre.

O que o balanço da empresa revela é que a Petrobras está conseguindo se recuperar do período em que foi usada politicamente, seja para fazer os planos do governo, seja para ser loteada entre os nomeados dos partidos aliados. Se o lucro foi recorde para o trimestre em sete anos, o pagamento de tributos, royalties e participações também saltou 28% nos seis primeiros meses de 2018, em relação a 2017, e chegou a esses R\$ 75 bi. Isso ajudou a aliviar a crise fiscal dos governos federal, estadual e municipal.

O endividamento caiu ao menor nível desde 2012 e a estimativa da companhia é atingir ainda este ano a metade alavancagem de apenas 2,5 anos de dívida sobre a geração de caixa. Por enquanto, ela ainda é a empresa mais endividada do mundo, porque assim foi deixada pelo governo do PT. Mas a atual administração conseguirá reduzir a um patamar abaixo de três anos, considerado o limite para empresas saudáveis financeiramente.

— A dívida caiu, e o mais importante é que está bem administrada. Alongou os prazos e diminuiu o patamar de juros. Mas continua alta, o que exige continuar com muita disciplina de capital — disse Adriano Pires, do CBIE.

O aumento do lucro é uma combinação de fatores. Na média, o petróleo do tipo brent ficou 36% mais caro no primeiro semestre deste ano e o dólar subiu em 8% sobre o real, em relação a 2017. Como o petróleo é cotado internacionalmente, o principal produto da empresa se valorizou duplamente. A Petrobras também reduziu gastos operacionais, pelas parcerias que fez com

outras petrolíferas, e diminuiu despesas financeiras, como resultado da redução da dívida.

Olhando para os números do segundo trimestre, justamente o período da greve, o ganho com os derivados deu um salto. A venda de combustíveis aumentou 6% e a de diesel subiu 15%. Com isso, o lucro dessa diretoria da empresa disparou 72%, de R\$ 3 bilhões para R\$ 5,2 bi, e a Petrobras ainda tem a receber do governo, por causa do subsídio ao combustível no mês de junho, algo em torno de R\$ 1 bilhão, pelas contas do CBIE. Mas os ganhos na área de exploração e produção, na qual a Petrobras tem as melhores margens, foram o dobro, R\$ 11,5 bilhões. Ou seja, a venda de derivados melhorou o caixa, mas a companhia arrecadou mais com petróleo bruto.

Quando a análise é feita para os seis primeiros meses do ano, a influência dos derivados diminui. A Petrobras teve lucro de R\$ 17 bilhões no período, com ganhos de R\$ 23,1 bilhões na área de exploração e produção, duas vezes mais do que o registrado em 2017. Já a diretoria de abastecimento lucrou R\$ 8,3 bi, com aumento de 10%.

O bom resultado fez as ações da empresa subirem 3,4% na bolsa ontem. No ano, a recuperação é de 31%, o que significa um aumento de valor de mercado de R\$ 75 bilhões. Desde o pior momento, em 11 fevereiro de 2016, quando chegou a valer R\$ 67,7 bilhões, a Petrobras teve um ganho em valor de mercado de R\$ 223 bilhões, atualmente ela vale R\$ 291 bi. A ação preferencial, que é a mais negociada, valorizou 400% de lá para cá, segundo Einar Rivero, da Economática.

A Petrobras continua no centro do debate político, com alguns candidatos à Presidência criticando a sua política de preços. Seja qual for a decisão do próximo governo, é preciso ficar claro que o caminho da intervenção nos combustíveis e do uso político da empresa é desastroso. A estatal começa a se reerguer de um longo e penoso caminho que a levou, entre outros flagelos, a ser o centro do maior escândalo de corrupção do país. A petrolífera precisa ter competição em certas áreas estratégicas como refino e gás natural. Precisa também estar associada às grandes empresas do mundo, como tem sido possível através dos leilões e concessões de áreas de exploração. Que o próximo presidente aprenda com os erros recentes cometidos na Petrobras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Sem alarmismo

Falta de chuvas reacende sinal de alerta no sistema Cantareira; no pior cenário, porém, nova crise hídrica na Grande São Paulo só viria depois de 2019

Trouxe certa inquietude à população da região metropolitana de São Paulo a notícia de que o sistema Cantareira, seu principal reservatório de água, adentrou agosto em estado de alerta. Alerta, contudo, não traz ensejo para alarme.

A definição é técnica: quando o nível das represas cai abaixo de 40%, o sistema se enquadra na faixa 3 (dita de alerta).

Em condição normal, a faixa 1 (60% ou mais da capacidade de reservação), admitem-se 33 mil l/s. Na faixa 2 (40% a 60%), a produção máxima deve ficar em 31 mil l/s.

Entretanto a retirada do Cantareira está há mais de um ano abaixo do permitido, não ultrapassando 26 mil l/s. Em outras palavras, vem sendo administrado com boa margem de segurança.

Não deixa de suscitar preocupação, decerto, a forte estiagem que marcou o mês de julho, por trazer à memória dos moradores as agruras traumáticas da crise hídrica de 2014-15. Todavia, mesmo que se repita a seca incomum dos anos 2013 e 2014, o Cantareira ainda teria água suficiente para abastecer São Paulo por mais de um ano.

A projeção, apresentada em reportagem desta Folha, é bastante conservadora. Não leva em conta, por exemplo, a possibilidade de reativar recursos empregados na crise, como um racionamento de fato, por meio de redução de pressão na rede ou de bônus na conta d'água para quem reduz consumo e sobretaxa para quem se excede.

Há outros fatores positivos a tomar em conta, como a alteração de comportamento da população na Grande São Paulo. Seu consumo total recuou de 71 mil l/s, em 2014, para 62 mil l/s neste ano.

Além disso, a Sabesp agregou 88 bilhões de litros do sistema São Lourenço ao abastecimento e aumentou a interligação entre os reservatórios, conferindo maior flexibilidade à operação integrada.

Tudo somado, a segurança hídrica na região metropolitana é maior hoje — mas nem por isso deixa de merecer cuidados. Basta contemplar os gráficos para ver que, na maioria dos meses desde 2014, o Cantareira esteve abaixo do nível tido como normal e confortável.

Em tempos de mudança climática, não se pode mais contar com a pluviosidade média indicada nas séries históricas. Se o pior cenário calculado pela Folha se materializar e o Cantareira chegar à estação seca de 2020 no volume morto, estaremos de novo em apuros.

A Sabesp terá à mão arsenal maior de ferramentas para amenizar outra crise, mas não há por que esperar que está se apresente.

Resta muito por fazer em matéria de prevenção, como seguir reduzindo as perdas de cerca de 3 0% que ainda se observam entre as represas e as torneiras.

Sobra espaço, também, para progredir em realismo tarifário, cobrando pela água conforme a escassez do recurso e os custos verdadeiros de sua obtenção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Produção de energia solar em casa traz polêmica para o país

Distribuidoras e indústria de equipamentos travam briga pelos subsídios

São Paulo- Países em todo o mundo têm criado incentivos para que os consumidores gerem sua própria energia em casa, em geral por meio de painéis solares. O crescimento desse sistema, porém, criou uma briga global, em que as distribuidoras de energia tentam derrubar benefícios oferecidos aos consumidores para instalar os equipamentos nas residências.

Essa briga chegou ao Brasil.

Há uma discussão em curso na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) para que, até 2020, esses geradores domésticos passem a pagar tarifas mais altas.

Tal como nas outras partes do mundo, a questão é alvo de uma batalha ferrenha entre as distribuidoras de energia e a indústria de fontes renováveis, principalmente a solar.

De um lado, as distribuidoras defendem o fim dos subsídios para geradores domésticos, alegando que os demais consumidores de energia estão arcando com seus custos.

Já os defensores da modalidade afirmam que, além dos benefícios ambientais, a geração de energia no próprio local de consumo também produz economias à conta de luz, devido à redução de novos investimentos em linhas de transmissão.

O sistema — chamado de geração distribuída — aumentou de forma acelerada no Brasil, principalmente a partir de 2015, quando a Aneel definiu que os consumidores capazes de gerarem energia em casa passariam a obter descontos na conta de luz.

A medida tornou economicamente vantajoso instalar os geradores, pois o investimento inicial feito para comprar os equipamentos é compensado ao longo dos anos.

Funciona assim: se uma casa consome 300 kWh no mês e instala painéis solares no telhado que geram 200 kWh, a residência só pagará pelos 100 kWh que não gerou.

A mudança alavancou o sistema. Em 2015, eram 1.823 unidades geradoras, com potência de 17 mil kW. De lá para cá, o parque cresceu quase 20 vezes. Em julho eram 33,3 mil geradores, com 403 mil kW.

A energia solar foto voltaica representa cerca de 77% do total, segundo levantamento feito pela Safira Energia.

A proposta das distribuidoras, que está em discussão na Aneel, é limitar a economia desses geradores.

O desconto hoje é feito sobre toda a conta de luz, que tem diversos componentes: taxa para pagar a energia gerada em si, para compensar gastos das distribuidoras com suas redes, para remunerar investimentos em transmissão, pagar encargos sociais.

As distribuidoras querem que o desconto dos geradores possa ser feito apenas sobre a tarifa da energia, e não sobre as demais taxas — incluindo a da própria distribuidora. Na prática, essa proposta reduziria a economia da geração doméstica em até 62%.

Para Nelson Leite, presidente da Abradee (associação que representa as distribuidoras), o crescimento acelerado da geração distribuída e a queda dos preços de energias renováveis (que reduz o investimento inicial) atestam que subsídios não são necessários.

"Já deu. As fontes conseguem caminhar com as próprias pernas. É uma questão de justiça tarifária, pois eles não pagam pelo uso da rede, e os demais pagam sem saber. Quem não tem condição de instalar esses sistemas são justamente os mais pobres."

Esse subsídio de fato é transferido para a conta dos demais consumidores, mas, em um primeiro momento, quem arca com os descontos é a própria distribuidora

— daí a resistência das companhias ao modelo, segundo Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

O problema é que esses repasses referentes aos subsídios demoram a ocorrer: só podem ser feitos nas revisões tarifárias, que ocorrem, em média, de quatro em quatro anos.

Há também uma preocupação das distribuidoras em relação ao crescimento acelerado desse mercado.

O potencial é enorme: em um cenário extremo, a geração de energia solar em telhados das residências em todo o país poderia chegar a 286 GWh por ano. Isso equivale a praticamente metade da geração anual do Brasil, segundo dados de 2016 da EPE (órgão público responsável por estudos do setor elétrico).

"É claro que [esse cenário] seria inviável, mas mostra que há um potencial enorme. Hoje, porém, eles [geradores domésticos] representam uma parcela irrisória, nem 1%", afirma Rodrigo Sauaia, presidente da Absolar (associação da indústria solar fotovoltaica).

Para ele, um aumento das tarifas desestimularia o mercado, pois torna mais longo o período que o investimento inicial demora para se pagar.

Sauaia também critica as distribuidoras e diz que elas só estão pensando em sua própria saúde financeira. "A discussão não pode ficar centrada na manutenção do lucro de um grupo pequeno de empresas", diz.

Para Guilherme Susterás, sócio da Sun Mobi, empresa do setor, o aumento das tarifas provocaria o congelamento do mercado por dois anos, período no qual dificilmente empresas de pequeno e médio porte (como a dele) sobreviveriam.

"As distribuidoras fazem pressão para evitar uma transição a um novo mercado que é irreversível", diz ele.

Já as distribuidoras afirmam que não querem travar o mercado nem o avanço de fontes limpas, apenas acabar com os subsídios. "Isso não vai quebrar as pequenas empresas, vai apenas diminuir sua rentabilidade. Esse é um discurso apocalíptico do setor solar fotovoltaico", afirma Nelson Leite, da Abradee.

Para Cláudio Sales, os subsídios foram importantes para alavancar o mercado em um primeiro momento, mas eles são insustentáveis. "Já está mais do que na hora de rever essa regulação."

A área técnica da Aneel propôs um modelo de transição, em que, por exemplo, se mantivesse o cenário atual por alguns anos e os benefícios fossem reduzidos com o tempo.

A proposta, porém, foi apenas um pontapé para a série de consultas e audiências públicas que serão realizadas nos próximos meses. Qualquer mudança entrará em vigor apenas a partir de 2020.

A primeira consulta pública sobre o tema foi encerrada em junho. Neste segundo semestre, a previsão é que a Aneel elabore um novo estudo de impacto e abra uma rodada de discussões. O debate definitivo só será concluído no fim de 2019.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras lucra R\$ 10 bi no segundo trimestre

Aumento no preço e na venda de combustíveis leva estatal ao seu melhor desempenho para o período desde 2011

Rio de Janeiro- Com a escalada dos preços do petróleo e maiores vendas de combustíveis no país, a Petrobras registrou lucro de R\$ 10,072 bilhões no segundo trimestre, o melhor resultado desde o segundo trimestre de 2011. No ano, o lucro da estatal acumula R\$ 17,033 bilhões, também o melhor desde 2011.

O balanço foi bem recebido pelo mercado — as ações preferenciais, mais negociadas, da estatal fecharam o pregão desta sexta em alta de 3,43%. "Foi um trimestre muito forte para a Petrobras", escreveu o analista do BB Investimentos Daniel Cobucci.

Segundo a estatal, o resultado reflete a alta das cotações internacionais — de 24% no trimestre — e a variação do câmbio, que afetaram positivamente sua receita de exportações de petróleo. Além disso, a companhia registrou aumento de 4% nas vendas em relação ao primeiro trimestre.

Em entrevista nesta sexta-feira (3) para detalhar o balanço, o presidente da estatal, Ivan Monteiro, classificou o resultado como "robusto" e defendeu que "uma Petrobras saudável" contribui com o pagamento de impostos, geração de empregos e investimentos.

Com o resultado, a Petrobras decidiu pagar R\$ 652,2 milhões em dividendos a seus acionistas, mesmo valor distribuído após o lucro do primeiro trimestre. Dona

de 46,18% das ações em participação direta ou por meio de bancos públicos, a União ficará com 301,2 milhões.

O balanço não trouxe impacto negativo da greve dos caminhoneiros, embora a estatal tenha reduzido voluntariamente o preço do diesel em 10% no fim de maio, em um processo que culminou com a renúncia do ex-presidente Pedro Parente.

Pelo contrário, a empresa se aproveitou do recuo de importadoras privadas para recuperar terreno no mercado nacional de combustíveis. No segundo trimestre, respondeu por 87% das vendas de diesel e 85% das vendas de gasolina no país, contra 65% e 80%, respectivamente, em janeiro.

Responsável pela venda de derivados de petróleo, a área de Abastecimento da Petrobras teve lucro de R\$ 5,259 bilhões no trimestre, aumento de 51,5% com relação ao mesmo período do ano anterior, com maior volume de vendas e a realização de estoques adquiridos a preços mais baixos.

A área de exploração e produção, que vende petróleo e gás, teve alta de 137,9% no lucro, para R\$ 11,592 bilhões, com a escalada das cotações internacionais e do câmbio. A produção de petróleo, porém, foi menor do que no segundo trimestre de 2017: caiu de 2,776 milhões para 2,659 milhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás) por dia.

A receita da Petrobras no segundo trimestre foi de R\$ 84,395 bilhões, alta de 26% com relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo também da alta dos preços dos combustíveis no Brasil.

A geração de caixa medida pelo Ebitda (lucro antes de juros, impostos e amortizações) subiu 57%, para R\$ 30,067 bilhões. Pelo 13o. trimestre consecutivo, a estatal fechou um semestre com fluxo de caixa livre — o que significa que gerou mais recursos do que gastou.

No dia 30 de junho, a sua dívida líquida era de R\$ 284 bilhões, alta de 5% em relação ao fim do primeiro trimestre devido à variação cambial. Em dólares, porém, a dívida caiu para US\$ 73,66 bilhões.

"Estamos acelerando os pré-pagamentos de dívida, lembrando a tendência mundial de elevação das taxas de juros", disse Monteiro, que assumiu o comando da companhia após a renúncia de Pedro Parente em meio à crise gerada pelos caminhoneiros.

O pré-pagamento de dívidas tem sido feito com sobras de caixa e recursos do programa de venda de ativos, que rendeu este ano US\$ 5 bilhões à companhia. A expectativa é que outros US\$ 2 bilhões entrem no caixa até o fim do ano.

Principal indicador de endividamento, a relação entre dívida líquida e Ebitda chegou a 3,23 vezes. A meta é atingir 2,5 vezes até o fim do ano. Segundo o presidente da estatal, a meta está mantida.

No primeiro mês, conta de subsídio do diesel é de R\$ 871 mi

A Petrobras informou em seu balanço que acumulou um saldo de R\$ 871 milhões a receber do governo pela subvenção ao diesel nos primeiros 30 dias do programa criado para por fim à greve dos caminhoneiros.

Apesar do atraso nos pagamentos, o presidente da estatal, Ivan Monteiro, diz não ver risco de calote. "Estamos plenamente confiantes de que vamos receber", disse ele, em entrevista para detalhar o balanço do segundo trimestre.

Do total previsto pela companhia, R\$ 590 milhões foram contabilizados como contas a receber no balanço. O restante refere-se a vendas em julho e, por isso, já seria parte do resultado do terceiro trimestre.

O programa de subvenção ao preço do diesel está em sua terceira fase. Na primeira, que durou até 7 de junho, o desconto foi de R\$ 0,07 por litro. A segunda, dividida em dois períodos e encerrada em 31 de julho, deu desconto de R\$0,30 por litro.

O prazo para o ressarcimento da primeira fase da subvenção venceu no dia 26 de junho. Para o primeiro mês da segunda fase, o pagamento deveria ter sido feito até 26 de julho. Até agora, porém, a ANP só autorizou dois pagamentos, de R\$ 121 mil, referentes à primeira fase.

"É um procedimento novo para a ANP [Agência Natural do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis], acho natural [o atraso]", comentou Monteiro. Segundo ele, os documentos enviados pela estatal à agência envolvem cerca de 20 mil notas fiscais.

Segundo estimativa da Abicom, associação que representa os importadores, até o fim de julho a subvenção custou ao governo R\$ 1,76 bilhão. O Tesouro separou R\$ 9,5 bilhões para bancar o subsídio até o fim do ano.

Apesar de críticas das importadoras, o diretor de Refino e Gás da companhia, Jorge Celestino, disse que os preços de referência calculados diariamente pela ANP para definir o valor do subsídio refletem o mercado internacional.

"Os preços do modelo de subvenção são muito próximos do que o mercado estaria praticando no dia-a-dia", disse o executivo, que vê aumento da competição quando as empresas privadas se adaptarem ao novo modelo.

Com o recuo nas importações, a Petrobras aumentou o fator de utilização de suas refinarias de 71% para 81% no período. Abaixa utilização foi muito questionada por sindicatos e oposição no primeiro semestre, o que levou a direção da empresa a desenvolver campanha interna em defesa da gestão do parque de refino.

Estatual tem pela frente de desatar incertezas judiciais

A estatal convive agora com duas incertezas no campo judicial: a ação trabalhista bilionária que a companhia perdeu no TST (Tribunal Superior do Trabalho) e a suspensão de processos de venda que envolvem grandes ativos.

No balanço, a projeção de perdas com a ação trabalhista foi elevada para R\$ 21 bilhões. A estatal teria de cobrir adicionais de insalubridade e periculosidade que foram incorporados à remuneração dos empregados em 2007.

No fim de julho, o STF acatou pedido da empresa e suspendeu a decisão do TST que deu vitória aos sindicatos, condenando a empresa apagar R\$ 15 bilhões, além de um custo anual de R\$ 2 bilhões.

A suspensão da venda de ativos atende a liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski que condicionou à aprovação do Congresso a transferência de controle de estatais e suas subsidiárias.

A Petrobras interrompeu dois processos, envolvendo a malha de gasodutos do Norte e Nordeste — já em negociações finais com a francesa Engie — e participações em dois poços de refino.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Justiça de PE derruba liminar que permitia venda direta de etanol

Operação é defendida por usinas do Nordeste, mas não é bem recebida pelos produtores do centro-sul do país

Rio de Janeiro- O desembargador Rubens Canuto, da Justiça Federal de Pernambuco, derrubou na quinta-feira (2) liminar que permitia a venda direta de etanol das usinas para os postos em três estados do Nordeste.

A decisão foi obtida em recurso apresentado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), que questionou a liminar obtida no fim de junho por produtores de etanol do Nordeste.

O tema está em discussão no Congresso e é foco de divergências no setor. É defendido por usineiros nordestinos, mas enfrenta a resistência de produtores paulistas e distribuidoras de combustíveis.

Para derrubar a liminar, a ANP alegou que a venda direta desorganiza o mercado de combustíveis e poderia causar prejuízo de R\$ 2,185 bilhões em 2018 com o não recolhimento de PIS/Cofins.

Em sua decisão, o desembargador diz que a vedação à venda direta é regra vigente "há várias décadas" e que qualquer mudança necessitaria de análise mais apurada sobre seus desdobramentos para a cadeia de abastecimento de combustíveis.

"A meu ver, a elevação recente dos preços dos combustíveis, bem como a crise enfrentada pelo setor sucroalcooleiro, não se mostram hábeis a justificar o deferimento de tutela provisória no presente caso", escreveu o magistrado.

A liminar havia sido concedida pela 10a. Vara Federal de Pernambuco, beneficiando usinas de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, sob o argumento de que as regras atuais "geram muitos prejuízos ao consumidor, que poderia comprar um etanol mais barato se não existisse a intermediação das distribuidoras".

Atualmente, o abastecimento de etanol aos postos é exclusividade das distribuidoras de combustíveis, responsáveis por comprar o produto das usinas, armazenar e revender.

No dia 19 de junho, o Senado aprovou projeto do deputado Otto Alencar (PSD-BA) que extingue efeito de norma da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) que restringe a venda direta. O projeto ainda precisa de aprovação da Câmara dos Deputados.

Grandes usinas de São Paulo se mobilizaram para tentar barrar o projeto, em parceria com distribuidoras e revendedores de combustíveis. Eles alegam risco de sonegação e à qualidade do combustível.

Para os defensores, a medida aumenta a competição e pode reduzir o preço do etanol. A medida seria principalmente um alívio para consumidores que vivem perto de regiões produtoras do combustível, pois evitaria o chamado "passeio do etanol", quando o produto é enviado por uma distribuidora para uma base secundária, para depois retornar às localidades próximas ao produtor.

O vai-e-vem onera desnecessariamente a distribuição e, em última instância, o preço pago pelos consumidores.

Especialistas, porém, dizem que a venda direta em si não resolveria essa questão e que ela também depende de alterações no modelo tributário adotado no segmento.

A liminar obtida pelas usinas da Justiça de Pernambuco determinava que a União e a ANP se abstivessem de aplicar às usinas e Pernambuco, Sergipe e Alagoas as penalidades e sanções previstas na legislação para o descumprimento das normas que proíbem a venda direta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Setores de transporte e energia disputam Tietê

Em meio à estiagem, um grupo de empresas defende a hidrovia e outro quer que usinas hidrelétricas sejam priorizadas

Pederneiras (sp)- A crescente escassez de água no rio Tietê tem provocado uma disputa entre o setor elétrico e o de transporte de cargas.

Seja na geração de eletricidade, seja no transporte de produtos agrícolas pela hidrovia Tietê-Paraná, o rio é fundamental para São Paulo.

Segundo Munir Soares, especialista em energia do IEMA (Instituto de Energia e Meio Ambiente), a escassez agora é "o novo cenário de normalidade, não uma emergência".

Um dos principais corredores de transporte do país para o escoamento de soja, milho, fertilizantes e outros produtos agrícolas, a hidrovia ficou fechada por 20 meses entre 2014 e 2016 por causa da seca.

A perda estimada é de R\$ 1 bilhão para empresas de navegação e de 1.600 empregos.

Com novas ameaças de fechamento, especialistas cobram do governo e órgãos reguladores clareza sobre quem pode explorar o rio, e quando.

Apesar da existência de uma política nacional que regulamenta o uso dos recursos hídricos, há uma zona cinzenta que desencadeia conflito entre empresas de transporte e energia, segundo Soares.

Em períodos de escassez hídrica, a lei não define enfaticamente quem deve ter acesso prioritário ao rio.

Em tempos de chuva inconstante, quando o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) determina o despacho de mais energia hidrelétrica, o que demanda mais água, isso pode impedir a navegação.

Para Soares, se nesta conjuntura a água do rio vai ser usada para gerar eletricidade, os órgãos reguladores precisam deixar isso evidente. "Se as empresas de transporte não honrarem seus contratos, elas terão problemas."

Segundo Adalberto Tokarski, diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), empresas de transporte entraram com ações judiciais por causa do prejuízo causado pelo fechamento entre 2014 e 2016.

"Alei é muito clara, mas ela não é respeitada por causado poder de interferência do setor elétrico. Alei não dá supremacia ao setor elétrico. Ela garante os usos múltiplos da água, tem de ter equilíbrio", disse.

Níveis mais baixos dos rios forçam as empresas a reduzir a quantidade de produtos transportados na hidrovia, diz Raimundo Holanda, presidente da Fenavega (Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária).

Em 2017, a hidrovia transportou um recorde de 8,91 milhões de toneladas de carga, um salto de quase 50% ante 6,3 milhões em 2013, informou o Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo.

Mas isso estará em xeque se a água do rio for desviada para barragens. A decisão de fechar ou não a hidrovia está nas mãos da ANA (Agência Nacional de Águas).

Diante do risco de fechamento da hidrovia no fim de 2017, a ANA criou uma "sala de crise" que reúne o ONS, a Antaq e representantes do setor de transporte. A ANA informou que "busca atender aos diversos usos da água sem privilégio ou prejuízo".

Segundo o ONS, o órgão sempre procura fazer a melhor gestão dos recursos hídricos, em articulação com a ANA, de forma a tornar compatível a geração de energia com o atendimento aos usos múltiplos da água.

As condições hidrológicas da hidrovia Tietê-Paraná ainda estão sob avaliação, pois estamos no meio do período seco, informou o ONS.

Localizada a pouco mais de 300 km da capital paulista, Pederneiras é um ponto estratégico da hidrovia, no qual a carga é transferida para os trens, que a levam até o porto de Santos (SP).

"O rio Tietê não é apenas um rio", disse o prefeito Vicente Mingui. "A hidrovia é muito importante para gerar empregos e atrair investimentos."

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Justiça solta executivos acusados de manipulação de preços

Rio de Janeiro- A justiça de Curitiba libertou nesta sexta-feira (3) funcionários de distribuidoras de combustíveis que haviam sido presos na operação Margem Controlada, que investiga manipulação de preços em postos da capital paranaense.

Foram liberados os oito executivos da BR Distribuidora, Ipiranga e Raízen (que opera com a bandeira Shell). Eles estavam presos desde terça (31), quando a operação foi deflagrada.

Os executivos são suspeitos de integrar uma quadrilha que controlaria de forma indevida o preço final do combustível nas bombas dos postos de gasolina de Curitiba, restringindo o mercado e prejudicando consumidores.

Segundo o Ministério Público do Paraná, os executivos responderão pelos crimes de organização criminosa e abuso de poder econômico. Se condenados, podem pegar penas que variam de 2 a 13 anos de prisão.

A investigação foi iniciada após delações premiadas feitas por três proprietários de postos em Curitiba — Fabiano Soares Zortea, Marcelo Concato, Cristiano Toshitaja — e pelo gerente de postos Felipe Luis Gewehr Orlando.

As empresas negam as irregularidades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO Karin Sato

Título: Petrobrás tem lucro de R\$ 10 bilhões e mantém ajuste para reduzir dívida

Balanço. Apesar do resultado que surpreendeu analistas e foi motivado principalmente pela valorização do preço do petróleo, petroleira tem endividamento de R\$ 284 bi; plano é reduzi-lo com política de reajuste dos preços dos combustíveis e venda de ativos

Com a alta do preço do petróleo, a Petrobrás registrou um lucro de R\$ 10 bilhões entre abril e junho – o maior desde o segundo trimestre de 2011. Embora o resultado tenha superado as projeções mais otimistas do mercado, a petroleira ainda convive com um endividamento de R\$ 284 bilhões que a obriga a manter o aperto financeiro. Para reduzir a dívida, a diretoria aposta na manutenção da política de reajuste diário dos preços dos combustíveis e na venda de ativos. “A gente espera que a trajetória de recuperação continue”, disse o presidente da companhia, Ivan Monteiro, que nesta semana completou dois meses na presidência da petroleira, no lugar de Pedro Parente.

“Buscamos disciplina. Não há qualquer alteração no plano de negócios aprovado pelo conselho.” Uma das principais metas da companhia é baixar o endividamento para duas vezes e meia o valor da geração de caixa. Hoje essa relação está em 3,23 vezes. Ao longo do segundo trimestre, a Petrobrás conseguiu melhorar o perfil de sua dívida, reduzindo as taxas de juros e ampliando prazos de pagamento. Nos últimos três anos, o endividamento líquido encolheu 42% frente aos R\$ 493 bilhões do período mais crítico, no fim de 2015. Segundo o diretor Financeiro, Rafael Grisolia, hoje a posição de caixa da estatal cobre os principais vencimentos até 2021 e os esforços de negociação, a partir de agora, estão nos créditos com prazo a partir de 2022.

O lucro bilionário foi motivado, principalmente, pela valorização do barril do petróleo, que em Londres passou de US\$ 67 para US\$ 74, do primeiro para o segundo trimestre. Com isso, as margens de exportação da commodity e de venda de derivados subiram. A empresa ainda expandiu sua participação no mercado de gasolina e diesel, tomando espaço antes ocupado por importadores. A companhia também cortou custos e investiu no crescimento da produção de petróleo na região do pré-sal. Assim, conseguiu reduzir a distância que mantinha das concorrentes multinacionais. O lucro do segundo trimestre elevou a Petrobrás à quarta posição num ranking de resultados financeiros de petroleiras elaborado pela consultoria Economática.

A estatal está a US\$ 3,4 bilhões da Shell, primeira colocada, e a apenas US\$ 187 milhões da britânica BP. O Goldman Sachs ressaltou a melhora de resultado do segmento de exploração e produção como reflexo da alta do petróleo. A avaliação positiva do mercado fez com que as ações preferenciais subissem 2,43% e as ordinárias, 3,48%. O valor de mercado alcançou a marca de R\$ 291 bilhões, melhor desempenho desde o dia 23 de maio, dois dias após o início da greve dos caminhoneiros, quando a empresa valia R\$ 332 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Denise Luna Fernanda Nunes****Título: Petrobrás ganha espaço no mercado com subsídio**

Fatia de vendas da estatal passou de 79% em abril para 87% em junho; governo repassará R\$ 590 mi à empresa pelo desconto no diesel

A decisão do governo de subsidiar o consumo de óleo diesel para acabar com a greve dos caminhoneiros beneficiou a Petrobrás. Com a adoção de preços uniformes por todos os fornecedores do combustível, em linha com o mercado internacional, os importadores perderam competitividade para as refinarias da estatal. Até então, os concorrentes se beneficiaram das altas de preços momentâneos da companhia, nos períodos em que a petroleira optava por aumentar suas margens. Com o programa de subvenção e o fim dessa janela de oportunidade, os importadores perderam espaço. Assim, a fatia de vendas da Petrobrás passou de 79% em abril para 87% em junho. A estatal registrou R\$ 590 milhões em subsídio pelo comércio de diesel no segundo trimestre. Esse valor, no entanto, ainda não foi pago pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), autarquia responsável pelo cálculo do ressarcimento aos fornecedores do combustível.

A empresa ainda tem R\$ 281 de subsídio já contabilizado, relativo ao período de 8 de junho a 7 de julho. O governo editou em 31 de julho a Medida Provisória 847/18, renovando os termos da subvenção econômica ao diesel rodoviário até 31 de dezembro de 2018. O objetivo foi segurar o preço do diesel para o consumidor, depois que a greve dos caminhoneiros, deflagrada por causa dos ajustes diários do combustível, gerou desabastecimento e instabilidade no País, além de provocar a demissão do então presidente da empresa Pedro Parente. De acordo com o atual presidente da estatal, Ivan Monteiro, o ganho de mercado em relação a outros importadores de diesel não deve continuar no resto do ano. Para ele, os agentes estão levando um tempo para avaliar as novas regras, mas devem voltar ao mercado. “O que ocorreu foi uma primeira reação, uma redução do volume de importação, mas vai voltar à normalidade.

O que a Petrobrás espera é que haja uma saudável competição entre a Petrobrás e os agentes de importação, em benefício do consumidor”, disse Monteiro. Os importadores cresceram no mercado interno de diesel nos primeiros meses do ano, quando a Petrobrás praticava nas refinarias valores em paridade com o mercado internacional. Com a intervenção do governo, que utiliza para o cálculo do subsídio um valor de referência estipulado pela ANP, e não o valor no mercado externo, o negócio deixou de ser atraente. Apesar de ainda não ter sido ressarcido com o subsídio, Monteiro disse considerar normal

a demora do pagamento, devido ao grande número de notas fiscais que precisam ser conferidas. No caso da Petrobrás, o número para o período contabilizado gira em torno das 20 mil notas, informou o diretor Financeiro e de Relações com o Mercado, Rafael Grisolia.

A empresa ainda avalia se vai aderir à terceira fase do programa para continuar recebendo o subsídio do governo. A primeira fase do programa abrange o período de 30 de maio a 7 de junho e a segunda fase de 8 a 31 de junho. A demanda por diesel não está evoluindo em agosto na comparação com julho, de acordo com o diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino. Ele explicou que a decisão de importar ou produzir no mercado interno é puramente econômica, e que às vezes vale mais a pena exportar o petróleo, cujos preços estão em alta e têm variado bastante, do que utilizar esse petróleo para produzir diesel nas refinarias brasileiras. “Trabalhamos com a melhor decisão econômica, às vezes é melhor exportar petróleo e importar diesel para atender o mercado interno”, afirmou. Em junho, as refinarias da Petrobrás operaram com aproveitamento de 81%, voltando ao patamar de 2016.

Bolsa sobe e dólar cai com Petrobrás, política e exterior

Uma combinação de fatores positivos levou o Índice Bovespa a uma alta expressiva nesta sexta-feira, de 2,26% (81.434,98 pontos, maior patamar desde 22 de maio). O resultado também garantiu à Bolsa sua sexta semana consecutiva de ganhos. O bom desempenho foi determinado principalmente pelas ações da Petrobrás, que subiram mais de 3%. Os papéis repercutiram o resultado financeiro da empresa. A definição da senadora Ana Amélia (PP-RS) para ser vice na chapa do pré-candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, também influenciou a alta do dia.

A escolha de uma parlamentar da Região Sul se somou ao noticiário mais favorável a Alckmin desde a última semana, quando foi anunciado o apoio do Centrão à pré-candidatura tucana. O cenário internacional deu sua contribuição com o relatório de empregos do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos. O dólar fechou ontem em baixa de 1,35%, em R\$ 3,70, a menor cotação desde 25 de junho. A moeda dos Estados Unidos acumulou perda de 0,25% nos últimos cinco dias, a quinta semana consecutiva de desvalorização.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da ANP

Título: 'A Petrobrás usufruiu das condições do mercado'

Melhora na gestão e condições de mercado favoráveis levaram a Petrobrás a ter, neste ano, seu melhor trimestre desde 2011, na avaliação do consultor David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). “(Um resultado positivo) não é surpresa quando a empresa é bem gerida”, diz ele.

O lucro da Petrobrás foi maior que o esperado por analistas...

Não é surpresa quando a empresa é bem gerida.

Mas o preço do combustível não ajudou?

Sim. A Petrobrás pode usufruir das condições do mercado. É assim (com preços do combustível variando conforme o mercado internacional) no mundo todo. É cíclico, em algum momento, pode ser que a empresa perca. Outra coisa (que favoreceu) foi a gestão da empresa, de enxugamento de projetos que não deveriam ter ocorrido e de parcerias em áreas que não são primordiais. Foram três coisas: melhora na gestão, condições de mercado e não ingerência política.

Com o subsídio do diesel após a greve dos caminhoneiros, a importação do produto despencou. O resultado positivo não tem mais esse ingrediente? Essa política deve se manter?

O governo criou uma distorção no mercado, e a Petrobrás se aproveitou disso. Para o mercado das importadoras, o preço ficou muito baixo. Provavelmente vai continuar.

O lucro veio logo após o governo assumir a conta da greve. O desempenho da estatal abre brecha para a sociedade questionar a possibilidade de a Petrobrás dividir a conta?

A sociedade apoiou a greve. (A conta) é problema de quem apoia a greve. Claro que não (é responsabilidade da estatal reduzir os preços do combustível). A empresa é regida pelas regras de mercado.

Com esse resultado, a crise que culminou com a saída de Pedro Parente fica para trás?

Acho que sim. O Ivan (Monteiro, presidente da companhia) sempre foi um executivo muito correto, inspira confiança e toma as decisões que tem de tomar. Pode ser mais discreto no trato público, mas não mudou nada em termos de firmeza de gestão. Ele e o Parente eram os dois principais responsáveis por esse processo de ajuste das contas da empresa./ LUCIANA DYNIEWICZ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: Jirau pede que Aneel suspenda cobrança de R\$ 94 milhões**

Dívida é cobrada por câmara que administra os ajustes financeiros feitos mensalmente e pagos pelas hidrelétricas

A concessionária Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dona da hidrelétrica de Jirau, em operação em Porto Velho (RO), apresentou um pedido de medida cautelar de “máxima urgência” à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na tentativa de suspender uma cobrança de R\$ 94 milhões que vence em 21 de agosto. A dívida é cobrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), instituição que administra os ajustes financeiros feitos mensalmente e pagos pelas hidrelétricas de todo o País. A origem desta cobrança está relacionada à energia que essas usinas deixaram de entregar por conta de algum tipo de restrição. Por isso, elas precisam comprar esse volume de usinas de outras fontes para honrar seus compromissos de entrega, uma operação conhecida como “risco hidrológico”.

Conforme apurou o Estado, a ESBR alega que “não possui recursos suficientes para cumprir sua obrigação regulatória de aportar as garantias necessárias para atender o chamado da CCEE da ordem de R\$ 94 milhões”. Paralelamente, a concessionária pede à Aneel que atue para retirar desse valor R\$ 79 milhões que, para a empresa, estão relacionados a montantes de energia que a hidrelétrica teria condições produzir, mas foi impedida por causa de problemas ligados a linhas de transmissão de terceiros ou decisões do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) que acabaram por limitar sua oferta. O pedido de “desconto” de R\$ 79 milhões na cobrança tem origem em duas contas.

Segundo a ESBR, entre os meses de janeiro de 2016 e junho de 2018, as restrições de geração que recebeu resultaram numa perda financeira de R\$ 38 milhões para concessionária do Rio Madeira. Além de ser impedida de entregar toda a energia que poderia, a empresa alega que teve de gastar, nestes mesmos 30 meses, outros R\$ 41 milhões para repor esse volume de energia que suas turbinas não produziram. Em seu pedido de liminar, Jirau apresenta uma série de situações em que teria tido sua geração prejudicada. Jirau não é a única que reclama dessa conta. Os problemas financeiros causados pelas regras do “risco hidrológico” são hoje a principal dor de cabeça do setor elétrico, uma conta em aberto que já chega a cerca de R\$ 3 bilhões.

O governo tem buscado formas de minimizar os estragos bilionários causados pela frustração de geração hidrelétrica, devido à seca que já se prolonga por

mais de cinco anos. O rombo ocorre porque as usinas venderam um grande volume de energia, mas passaram a enfrentar dificuldades de entregar tudo o que venderam por causa do esvaziamento dos reservatórios do País. Procurada, a ESBR apenas confirmou as informações, mas não se manifestou sobre o assunto. O pleito da empresa é de que a diretoria da Aneel coloque o tema em análise pelo plenário da agência em, no máximo, duas semanas, por conta do vencimento da fatura no dia 21.

Agência pode dar desconto a empresa afetada pela greve

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia a possibilidade de conceder descontos às concessionárias de linhas de transmissão de energia que tiveram suas obras ou operações de manutenção afetadas pela greve dos caminhoneiros. A greve, que teve início em 21 de maio e durou 10 dias, atrapalhou pelo menos 19 intervenções que estavam marcadas para ocorrer naquele período, conforme informações enviadas à agência pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão responsável pelo monitoramento do setor. Os efeitos da greve dos caminhoneiros seguem causando impactos.

A tabela do frete mínimo continua gerando polêmica. Como o atraso nessas intervenções não foi causado pelas empresas do setor, mas poderiam ter desdobramentos para cada companhia, as concessionárias pediram permissão para serem isentadas de um desconto de receita que sofreriam devido a essas paralisações. Ainda não há uma estimativa sobre o impacto financeiro desse pedido. /A.B.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: Nissan quer usar bateria descartada de carro elétrico para levar energia a casas

Sustentabilidade. Prestes a iniciar as vendas no País da nova geração do Leaf elétrico, montadora fechou parceria com universidade para estudar aplicações possíveis para baterias já utilizadas nos veículos; na Holanda, projeto da companhia gera energia para um estádio

Ao iniciar as vendas no Brasil da nova geração do Leaf elétrico na primeira metade de 2019, a Nissan pretende já ter definido um destino para as baterias após seu descarte, principal preocupação dos ambientalistas. Uma das alternativas é usá-las para armazenar energia e atender comunidades remotas onde a eletricidade não chega. No intuito de encontrar soluções, a Nissan firmou ontem parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para estudar as aplicações possíveis. A empresa vai fornecer inicialmente seis

baterias de modelos Leaf que foram usados como táxis em São Paulo e no Rio de Janeiro em testes de 2012 a 2016. Embora descartadas nos automóveis, onde têm vida útil de cerca de oito anos, as baterias seguem com grande capacidade de carga e podem ser usadas para geração de energia de maneira independente da rede elétrica convencional, informa o presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva.

Segundo ele, a UFSC já desenvolve projetos de reutilização de baterias de lítio, embora não automotivas, por isso foi escolhida para a parceria. “Vamos encontrar uma segunda vida para a bateria e, futuramente, uma terceira vida”, diz o coordenador do Laboratório Fotovoltaica da UFSC, Ricardo Rütther. Essa terceira fase seria desmontar e retirar os materiais nobres – lítio, cobalto e níquel – para outras finalidades. A UFSC trabalha há três anos com baterias de lítio novas que são abastecidas com energia solar e usadas na universidade. Também tem um ônibus para uso interno movido 100% a bateria com energia solar. Silva afirma que uma das possibilidades é armazenar energia nas baterias e entregá-las em regiões onde não há luz elétrica ou comunidades de ribeirinhos para bombeamento de água. O executivo explica que cada bateria contém 48 células do tamanho de notebooks que geram energia.

Ao assinar o convênio ontem, os técnicos da UFSC fizeram um teste com sete dessas células e constataram que essa quantidade é suficiente para abastecer uma casa de dois dormitórios com dois moradores por 24 horas. Uma possibilidade é armazenar a energia durante o dia, quando o custo é mais barato, e usá-la à noite, quando é mais caro. O presidente da Nissan ressalta que já há projetos em outros países onde o Leaf é vendido há vários anos. Em junho, a montadora inaugurou em um estádio na Holanda um sistema alimentado por 148 baterias do modelo que funciona sem conexão com a rede elétrica. Segundo a empresa, é o maior sistema de armazenamento de energia da Europa. No Japão, a empresa e parceiros instalaram postes de luz na cidade de Namie alimentados por uma combinação de painéis solares e baterias do Leaf.

Rütther informa que a primeira experiência com as baterias do Leaf será para a geração de energia no próprio laboratório. Os testes também servirão para avaliar qual o tempo de uso dessa “segunda vida” das baterias. Mercado. Silva ainda não tem dados sobre o tamanho do mercado para o Leaf no Brasil. Também não há preço definido, mas o modelo vai se beneficiar da recente redução do IPI para elétricos e híbridos, de 25% para 7% a 20%. Ele acredita que o Leaf deverá ter alíquota de 8% ou 9%. No mês passado a BMW e a EDP instalaram seis postos de recarga rápida na Rodovia Dutra, que liga São Paulo e Rio, para incentivar o mercado. Em 2017 foram vendidos apenas 125 carros movidos a bateria elétrica no País e 2.821 híbridos. Um grupo formado por

diversos setores e o Ministério da Indústria (Mdic) prepara para o fim do ano uma proposta de política de eletromobilidade para o Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Chavismo registra donos de veículos para racionar venda de gasolina

Subsídio na mira. País com as maiores reservas de petróleo do mundo, Venezuela começa a revisar preço do combustível; cidadão que quiser comprar com valores ainda subsidiados deverá aderir a documento de identificação paralelo criado por governo chavista

A Venezuela começou ontem a fazer um censo dos proprietários de veículos, uma medida que, segundo o governo, ajudará a determinar o consumo “racional” de combustível. No fim de semana, o governo anunciou que o subsídio ao combustível mais barato do mundo, que não seguiria no nível atual, estaria ligados a uma adesão à “carteira da pátria”. Hoje, com US\$ 1 é possível abastecer 74 mil vezes um tanque de 50 litros. A “carteira da pátria” é um documento de identificação paralelo, usado pelo chavismo para controlar a fidelidade de sua militância, por exemplo em votações. Quem já tem a carteira ganha bonificações em dinheiro e subsídios em comida. Os políticos anti-Maduro dizem que a medida marginalizará opositores do governo, que se recusaram a obter a carteira.

O petróleo é responsável por 96% das divisas que entram na Venezuela, país que detém as maiores reservas do mundo e cuja crise combina hiperinflação e escassez de bens básicos. A empresa Ecoanalítica estima que a Venezuela poderá fechar o ano com uma produção de 1,2 milhão de barris por dia. Em 1970, o país atingiu sua produção máxima, com 3,78 milhões de barris diários. A falta de combustível é frequente na Venezuela, onde uma brutal recessão que já dura cinco anos levou à interrupção do funcionamento de refinarias e à queda brusca na produção. O presidente Nicolás Maduro disse que a Venezuela necessita de um uso “racional” da gasolina e o censo é a “resposta para isso”. Um funcionário de alto escalão também propôs o aumento do preço de combustível. O Ministério de Comunicações não respondeu a um pedido de esclarecimentos, mas venezuelanos acreditam que o censo possa levar à restrição da venda de gasolina.

“Eu me registrei, pois tenho medo de que se eu não estiver no censo eles não queiram me vender gasolina”, disse o taxista Juan Suárez, de 45 anos, que ficou ontem seis horas na fila em Caracas para comprar gasolina. Suárez e outros motoristas na fila disseram esperar que o registro no censo lhes garanta

gasolina mais barata. Dezenas de motoristas de caminhões bloquearam ruas em Caracas para rejeitar o censo, argumentando que ele não resolverá a escassez crônica, que levou à redução de ônibus nas ruas e forçou muitos venezuelanos a depender de precários caminhões para se locomover. “Não recebemos os pneus e os lubrificantes necessários para trabalhar.

Os problemas dos trabalhadores da área de transporte não serão resolvidos com o censo”, disse José Luis Trocel, líder do principal sindicato dos trabalhadores da área de transporte, enquanto seguia para o Ministério dos Transportes para participar de um protesto contra a medida. No censo, os proprietários de veículos incluem na “carteira da pátria” detalhes de seus veículos e o consumo de gasolina. Então, eles devem ir a escritórios do governo para escanear a carteira. Os venezuelanos que não têm o documento não poderão participar do censo. “Eles arruinaram a Venezuela. Destruíram a PDVSA (estatal do petróleo) e agora querem tentar racionar a venda de combustível por meio da ‘carteira da pátria’ em um país com uma das maiores reservas de petróleo do Hemisfério Ocidental.

Digam não ao ‘mercado negro’”, disse o economista e deputado opositor José Guerra. Enquanto a população da Venezuela enfrenta escassez de comida e remédios, a petrolífera estatal PDVSA comprou US\$ 440 milhões em petróleo, entre janeiro de 2017 e maio deste ano, para enviá-lo subsidiado a Cuba. Segundo relatórios da empresa, aos quais a agência Reuters teve acesso, é a primeira vez que documentos mostram que o chavismo teve de importar o produto para abastecer um aliado regional, em vez de fornecê-lo com as próprias reservas.

Segundo os documentos, a PDVSA pagou até US\$ 12 por barril, mas não deve ver o dinheiro, porque a Venezuela sempre aceitou receber em bens e serviços em troca do produto subsidiado. O carregamento representa cerca de 30% do total de importações de Cuba, mas aumenta ainda mais as já elevadas dívidas da Venezuela com as empresas estatais russas e chinesas que, juntas, cederam ao governo chavista mais de US\$ 60 bilhões no último ano. / REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Petrobras tem o maior lucro desde 2011

A Petrobras surpreendeu o mercado ontem ao anunciar o maior lucro desde 2011. No segundo trimestre de 2018, a companhia registrou ganhos de R\$ 10,07 bilhões, quase 32 vezes o resultado de igual período de 2017, que somou R\$ 316 milhões. No primeiro semestre do ano, a petroleira acumula lucro líquido

de R\$ 17 bilhões, também o melhor desempenho para o período desde 2011 — alta de 257% em relação aos R\$ 4,8 bilhões apurados nos seis primeiros meses de 2017.

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional e a variação cambial, com a valorização do dólar frente ao real, foram responsáveis pelo resultado. Enquanto o barril do Brent se valorizou 86% desde o início do ano passado, a moeda norte-americana teve alta de 8% no período. Para os analistas, os números positivos, acima da expectativa do mercado, demonstram que a política de preços alinhada às práticas internacionais é acertada.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), o valor do barril a quase US\$ 75, colaborou para o lucro da estatal. “Quando o petróleo está caro é normal uma petroleira lucrar mais. Tanto que o segmento que mais contribuiu foi o de exploração e produção. Mas o abastecimento também teve números positivos, o que mostra que a política de preços no mercado doméstico e o ganho de participação foram fundamentais para o desempenho”, ressaltou.

Ao divulgar as demonstrações financeiras, o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, garantiu que a estatal vai manter a política de ajuste diário de preços da gasolina e do diesel, acompanhando as variações do mercado internacional, apesar de o governo ter sido obrigado a subsidiar o valor de venda nos postos para acabar com uma greve dos caminhoneiros realizada no fim de maio. “Não alteramos e não vamos alterar a política de preços”, assegurou.

A estratégia permitiu à estatal reduzir o endividamento líquido em 13% em relação a dezembro de 2017, para US\$ 73,6 bilhões. Com isso, o total da dívida passou a corresponder a 3,23 vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda ajustado), comparado a 3,67 no fim de 2017. A meta da empresa é chegar ao fim do ano com o indicador em 2,5. “A Petrobras vai seguir apresentando números mais fortes ao longo do segundo semestre, com sua alavancagem financeira convergindo gradualmente para dentro da meta de 2,5 vezes dívida líquida/ Ebitda no fim do ano”, destacou a analista-chefe da Coinvalores, Sandra Peres.

Superação

A Petrobras mostrou os resultados de uma companhia que voltou aos trilhos, porque superou as dificuldades com os desinvestimentos, paralisados após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski deferir liminar que proíbe às estatais venderem ativos sem aprovação do Congresso, opinou Livia Medeiros Amorim Veloni, especialista em óleo e gás da área regulatória do escritório Souto Correa Advogados. “O resultado poderia ter sido

ainda melhor sem a liminar”, destacou.

A meta de desinvestimentos até o fim do ano ficou “muito mais desafiadora” a partir da decisão do STF, admitiu Ivan Monteiro. Segundo o presidente da empresa, a previsão é de que entrem mais US\$ 2 bilhões neste ano, que se somarão a outros US\$ 5 bilhões já contabilizados. Assim, o total de desinvestimento em 2018 deve alcançar US\$ 7 bilhões, distante do objetivo de US\$ 21 bilhões. “Uma das maiores contribuições teve o processo paralisado, mas vamos manter a meta porque há ativos importantes que estão em fase final de negociação de venda”, afirmou.

Caixa

Para Gabriel Francisco, analista de petróleo e gás da XP Investimentos, os resultados da petroleira ficaram acima das estimativas, sobretudo a posição de caixa, de US\$ 18,1 bilhões no fim do segundo trimestre. “Elogiamos a geração de caixa, mas ressaltamos que nem todas as receitas foram registradas em regime de caixa, uma vez que a empresa ainda não recebeu subsídios para o diesel da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)”, assinalou. A Petrobras contabiliza R\$ 871 milhões como saldo da subvenção do óleo diesel, informou o diretor Financeiro, Rafael Grisolia. “Até 30 de junho, o saldo da subvenção, já reconhecido no resultado financeiro, é de R\$ 590 milhões”, disse.

Apesar do bom resultado, no primeiro semestre, houve redução no volume de vendas no Brasil, principalmente da gasolina, em função de maior concorrência do etanol e do aumento do teor de biodiesel na mistura. As vendas foram de 1,72 milhão de barris por dia (bpd), menores que em igual período do ano anterior, de 1,8 milhão de bpd, sendo que da gasolina, particularmente, caíram de 465 mil bpd para 408 mil bpd no primeiro semestre.

- Antecipação aos acionistas

O resultado positivo vai permitir à Petrobras antecipar o pagamento aos acionistas mais uma vez este ano. A distribuição será na forma de juros sobre capital próprio (JCP) no valor de R\$ 0,05 por ação para ambas as classes, ordinárias e preferenciais. O pagamento, no valor total de R\$ 652,2 milhões, ocorrerá em 23 de agosto de 2018. O valor acumulado das antecipações no primeiro semestre é de R\$ 1,3 bilhão. Em maio, a empresa já pagou R\$ 652,2 milhões aos acionistas.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Mercado reage aos bons números**

O mercado surfou nas boas ondas do balanço da Petrobras e ainda se aproveitou de um quadro menos tenso no cenário político do país. O Ibovespa, principal índice de lucratividade da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), registrou a sexta semana seguida de alta e fechou o pregão com alta de 2,26% aos 81.435 pontos. O dólar perdeu força, após divulgação de relatório de emprego pior do que o esperado nos Estados Unidos, e recuou 1,38% cotado a R\$ 3,706.

Com o melhor lucro em sete anos, a Petrobras puxou a alta do Ibovespa. Os papéis da petroleira dispararam. As ações ordinárias fecharam com alta de 3,48%, cotadas a R\$ 23,22. As preferenciais subiram 3,04%, precificadas em R\$ 21,11. Para Carlos Oliveira, analista da Capital Investimentos, o mercado reconheceu a percepção de valor da Petrobras. “A manutenção das taxas de juros, tanto no Brasil quanto lá fora, também colaborou. Estamos passando uma semana na qual o nível de preocupação com as eleições ficou um pouco mais ameno. O mercado se acalmou em relação a temores externo e interno. Tudo isso coincidiu com um balanço surpreendente da Petrobras”, afirmou.

Para o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, o mercado foi muito favorecido pela acomodação ao risco. “Os dados dos Estados Unidos reforçaram a estratégia do Fed (Federal Reserve, banco central norte-americano) e o dólar perdeu força, repercutindo aqui no Brasil. Além disso, tivemos um quadro político sem novidades”, destacou.

Na opinião de Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, os dados “bastante positivos” da Petrobras mostraram os efeitos da política de preços alinhada ao mercado internacional. “Depois de uma abertura meio estranho, a tendência do mercado melhorou ao longo dia”, avaliou. **(SK)**

MME / ASCOM .